

5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARÍLIA – SP

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO e de intimação dos requeridos **RHODES AUTOMÓVEIS E CONSÓRCIOS LTDA** inscrito no CNPJ 03.925.299/0001-83, **EZEQUIAS MAISTRO** inscrito no CPF 288.186.678-66, **JOSÉ ANTÔNIO DE MATTOS NETTO** inscrito no CPF sob nº 087.436.168-01, **IZABEL CRISTINA DE MATTOS, ESPÓLIO DE MARIA CONCEIÇÃO ALEXANDRE MATTOS** inscrita no CPF sob nº 092.975.558-88 na pessoa de seu representante legal, do interessado **BANCO VOLKSWAGEN SA** inscrito no CNPJ sob nº 59.109.165/0001-49, do credor fiduciário **FINANC ALFA S.A. CFI** inscrita no CNPJ sob nº 17.167.412/0001-13, **e demais interessados**. A **DRA. ANGELA MARTINEZ HEINRICH**, MMª. Juíza de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Marília - SP, na forma da lei,

FAZ SABER, aos que o presente Edital de 1º e 2º leilão de bem móvel, virem ou dele tiverem conhecimento e possa interessar, que por este Juízo processam-se os autos de **Procedimento Comum Cível** - em que **ESPÓLIO DE TEREZA HITOMI FUJIYAMA RITI e outro** move em face dos referidos requeridos – Processo nº **0000649-30.2005.8.26.0344** - em que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

DO LEILÃO: Os lances serão captados por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.legisleiloes.com.br, O 1º Leilão terá início no dia **18/08/2026 à partir das 15:00h**, e encerramento no dia **21/08/2026 às 15:00h**; não havendo lance superior ou igual ao da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, o 2º Leilão, que se estenderá em aberto para captação de lances e se encerrará em **15/09/2026 às 15:00h (ambos no horário de Brasília)**, sendo vendido o bem pelo maior lance ofertado, desde que não inferior a **60%** (sessenta por cento) do valor da avaliação.

CONDIÇÕES DE VENDA: O bem será vendido no estado em que se encontra. A descrição detalhada, as condições de venda do bem a ser apreendido estão disponíveis no site www.legisleiloes.com.br.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O leilão será conduzido pela Leiloeira, **CAMILA TIEMI SANCHES PEREIRA**, JUCESP nº 993, através da plataforma www.legisleiloes.com.br, devidamente habilitada pelo TJ/SP. Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no referido Portal.

DOS DÉBITOS: Cabe a parte interessada a verificação de eventuais débitos sobre o bem. Os débitos de natureza tributária, que se adequem ao disposto no artigo 130 do CTN, de acordo com o parágrafo único deste, irão sub-rogar ao preço da arrematação.

DO LOCAL DO BEM: Avenida Américo Belay, nº 1.460, Jardim Imperial I, Maringá/PR (fls. 1.773).

DA RETIRADA: Correrão por conta do arrematante as despesas ou custos relativos à remoção, transporte e transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s). Para retirar o(s) bem(ns) arrematado(s), o arrematante deverá primeiramente retirar em cartório o respectivo "Mandado de Entrega do Bem". As demais condições obedecerão ao que dispõe o Código de Processo Civil, o Provimento CSM nº 1.625, de 09 de fevereiro de 2.009, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o caput do artigo 335, do Código Penal. Foi nomeado **fiel depositário** do bem o Sr. Ezequias Maistro, quando da penhora.

REMISSÃO OU DESISTÊNCIA: Em caso de remissão após a publicação dos editais, a parte que remiu ou desistiu deverá arcar com os custos do leiloeiro ou, caso houver composição na mesma oportunidade, deverá ser declinado na minuta do acordo quem arcará com tais custos, sob pena da parte executada suportá-lo integralmente. Não será devida a comissão ao leiloeiro na hipótese da desistência de que trata o artigo 775, do CPC, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública, nos termos do § 1º, do artigo 7º, da Resolução CNJ nº236/2016

DOS PAGAMENTOS: O arrematante deverá efetuar os pagamentos do preço do bem arrematado e da comissão de **5%** sobre o preço a título de comissão à Leiloeira, no prazo de 24 horas após o

encerramento da praça através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável e da Leiloeira, ambas emitidas e enviadas por e-mail. A comissão devida não está inclusa no valor do lance e não será devolvida, salvo determinação judicial. Acréscimo mínimo obrigatório no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) para o fim de lances superiores ao lance corrente.

DO PAGAMENTO PARCELADO: O interessado em oferecer **proposta** de pagamento parcelado, deverá proceder nos termos do art. 895, CPC. Ressalvando-se que nos termos do art. 895, §7º, CPC, o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso. A apresentação de proposta não suspende o Leilão. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

DA VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a alienação direta pelo leiloeiro, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 (quinze) dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final. Qualquer proposta apresentada será trazida à análise prévia do juízo, necessariamente, e que, caso o prazo deferido para recebimento de propostas decorra sem sucesso, novas datas para leilão serão designadas, tudo em conformidade com o artigo 880 do CPC.

RELAÇÃO DO BEM: Uma motocicleta marca Harley Davidson, modelo VRSCF, ano de fabricação 2015, ano modelo 2015, cor bege, combustível gasolina, Placa ACZ9181, Renavam 01080840181.

ÔNUS: Em consulta ao sítio eletrônico que o Detran/PR e Senatran mantém na internet consta: IPVA (R\$ 4.342,18); Multas (R\$ 973,02); Licenciamento (R\$ 473,05); Multas Renainf (R\$ 586,94); Restrição 1: Alienação Fiduciária; Alienação Fiduciária: em favor da Financ Alfa S.A CFI – Entretanto, **consta em fls. 1.433 (fls. 1.163 do proc. físico)**, que o gravame do contrato de **financiamento foi baixado** em 31/01/2018; Restrição Judiciária: TRANSFERÊNCIA, CIRCULAÇÃO e LICENCIAMENTO, expedidas nestes autos, em 02/02/2018 e 06/02/2024, respectivamente. Licenciamento: Exercício 2020. Em consulta ao site da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, em 01/06/2026, foram constatados débitos no valor de R\$ 4.342,18 (quatro mil, trezentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos).

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 65.469,00 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais).

Obs.: Cumpre-nos informar que não foi realizada a vistoria do veículo, portanto, não é possível atestar o real estado de conservação do referido bem. Ressaltamos ainda que a avaliação foi feita com base na Tabela FIPE.

DÉBITO EXEQUENDO: Consta em fls. 1.778/1.792, o débito exequendo no valor de **R\$ 304.604,71** (trezentos e quatro mil, seiscentos e quatro reais e setenta e um centavos), atualizado em 09/12/2025.

Se por qualquer motivo, a intimação pessoal do executado, não for realizada no endereço constante nos autos, incidirá os termos do **art. 274, parágrafo único do CPC**. Se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual, a intimação considerar-se-á feita por meio deste edital. Nos termos do **art. 889, inc. I e parágrafo único do CPC**, caso o(s) executado(s), cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, intimados ou cientificados por qualquer razão das datas dos leilões, valerá o presente como **EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LEILÃO**. E, para que produza seus fins efeitos de direito, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. Marília/SP, 11 de Junho de 2026.

DRA. ANGELA MARTINEZ HEINRICH

MMª. Juíza de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Marília - SP